



# **Entre a Criação e a Lei: Caminhos para Atualização da Legislação Brasileira na Economia Criativa**

## **Autor(res)**

Cássio Ferreira Frazão

## **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

## **Instituição**

UCB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

## **Introdução**

A economia criativa ocupa, cada vez mais, um espaço estratégico nas políticas públicas e no desenvolvimento cultural e econômico do país. Apesar disso, as leis que deveriam acompanhar esse avanço permanecem ancoradas em lógicas ultrapassadas, pouco sensíveis às transformações digitais e aos novos modos de criação, circulação e remuneração de bens simbólicos. Este artigo parte de uma inquietação: como um país de potencial criativo tão vasto pode continuar operando com marcos legais desatualizados? A partir dessa provocação, busca-se refletir sobre os limites da legislação vigente e apresentar caminhos possíveis de atualização, inspirados em práticas internacionais, com o intuito de fomentar um ambiente mais justo, inovador e sustentável para os trabalhadores da cultura.

## **Objetivo**

Este artigo tem como objetivo analisar as lacunas da legislação brasileira frente às transformações da economia criativa, propondo uma revisão das leis atuais, como a de direitos autorais e a Lei Rouanet. Busca-se identificar possibilidades de atualização normativa que acompanhem as novas práticas digitais, colaborativas e de remuneração, promovendo um ambiente jurídico mais justo e favorável ao desenvolvimento do setor criativo no Brasil.

## **Material e Métodos**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com ênfase na revisão bibliográfica e na análise documental. A pesquisa está estruturada em três etapas principais: a revisão da literatura sobre economia criativa e suas legislações, a análise das leis vigentes no Brasil e a comparação com modelos legislativos internacionais.

A primeira etapa consiste na análise de textos acadêmicos, relatórios institucionais e publicações de organizações internacionais, como a UNESCO e a UNCTAD, que discutem o conceito de economia criativa e sua evolução no contexto global. A revisão de literatura abrange também estudos sobre as políticas públicas brasileiras voltadas à cultura e à inovação, além de autores especializados nas áreas de direito autoral, propriedade intelectual e políticas culturais.



Na segunda etapa, a pesquisa examina as legislações que regem a economia criativa no Brasil, com foco nas Leis nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais) e nº 8.313/1991 (Lei Rouanet), consideradas pilares do setor cultural e criativo. A análise busca identificar as lacunas e limitações dessas leis frente aos novos modelos de negócios digitais, ao uso de plataformas online e às formas emergentes de remuneração no setor criativo.

Por fim, na terceira etapa, realiza-se uma comparação entre as práticas legislativas brasileiras e as de outros países, como o Reino Unido, a Coreia do Sul e o Canadá, que possuem modelos mais recentes e adaptados às dinâmicas do mercado criativo contemporâneo. A escolha desses países baseia-se em suas experiências exitosas na regulamentação da economia criativa e no fomento à inovação cultural.

A análise será conduzida a partir de uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo as áreas de direito, economia e comunicação, com o objetivo de propor diretrizes para uma atualização da legislação brasileira, alinhando-a às necessidades e desafios da economia criativa globalizada.

## **Resultados e Discussão**

A análise das legislações brasileiras revela um descompasso significativo entre as leis vigentes e as demandas da economia criativa contemporânea. A Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998) ainda segue um modelo voltado para a proteção de obras tradicionais, mas não contempla adequadamente novas formas de produção e distribuição de conteúdo digital. A complexidade de licenciamento e as questões relacionadas ao uso de plataformas online dificultam o acesso dos criadores às ferramentas legais necessárias para proteger suas produções.

A Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), embora importante para o financiamento de projetos culturais, também não acompanha a transição para novos modelos de consumo e criação digital. Sua estrutura ainda privilegia eventos e produções tradicionais, deixando de lado iniciativas que envolvem novas formas de interação e distribuição de conteúdo, como os criadores de conteúdo digital ou as plataformas colaborativas de crowdfunding.

Em comparação, países como o Reino Unido e a Coreia do Sul têm avançado mais rapidamente na adaptação de suas legislações. O Reino Unido, por exemplo, implementou o Creative Industries Tax Relief, uma política que permite deduções fiscais para empresas criativas, estimulando a inovação. A Coreia do Sul, por sua vez, investe em incentivos fiscais e subsídios para startups culturais e digitais, criando um ambiente propício para o crescimento do setor criativo.

Essas comparações mostram a urgência de uma revisão na legislação brasileira, que deve ser mais ágil, flexível e focada em fomentar a inovação. Para tanto, é necessário atualizar as leis de direitos autorais, criar incentivos fiscais voltados para a economia criativa digital e repensar os mecanismos de financiamento cultural para contemplar as novas formas de produção e consumo cultural.

## **Conclusão**

A análise das legislações brasileiras em relação à economia criativa revela a necessidade urgente de atualização para que o Brasil possa acompanhar as transformações digitais e as novas formas de produção cultural. As leis de direitos autorais e a Lei Rouanet, fundamentais para o setor, não atendem adequadamente às demandas de um mercado cada vez mais dinâmico e inovador. A comparação com modelos internacionais evidencia a importância



de legislações mais ágeis, flexíveis e adaptáveis às novas realidades do setor. Portanto, é imperativo que o Brasil adote novas práticas legais que incentivem a inovação, protejam os direitos dos criadores e promovam o crescimento sustentável da economia criativa. Somente com uma legislação atualizada será possível garantir o potencial de desenvolvimento cultural e econômico da criatividade no país.

### **Referências**

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre os direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1991.

COSTA, Carlos. Economia Criativa: O potencial de inovação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Cultura, 2015.

SANTOS, Ana Clara; PEREIRA, Luiz. Políticas culturais e suas implicações no setor criativo. São Paulo: Editora Jurídica, 2018.

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Creative Economy Report 2010: Creative Economy – A Feasible Development Option. United Nations, 2010.